

A questão do “cesarismo” nos *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes¹

Introdução

O presente artigo tem o fito de abordar a temática do cesarismo tal como expressa na obra carcerária de Antonio Gramsci. Assim sendo, em seu desenvolvimento, nos restringiremos apenas ao modo como aquele termo foi utilizado em diversos momentos da reflexão gramsciana nos *Cadernos*, com o intuito de procurar extrair um esboço das preocupações teóricas e políticas do autor ao tratar da temática.

A primeira consideração acerca da questão é que o cesarismo não chega a se constituir propriamente como um conceito nos *Cadernos*, sendo utilizado de modo “elástico” para compreender formas variadas de resoluções políticas autoritárias, em situações de crise política profunda. De fato, Gramsci chega a afirmar que “o fenômeno ‘cesarista’ é uma fórmula mais polêmico-ideológica do que histórico-política” (Q9, §133, 1195).² Contudo, o uso que Gramsci faz do termo não é meramente arbitrário: ele circunscreve a temática em alguns elementos que procuraremos analisar aqui.

O conceito de cesarismo de forma alguma foi inaugurado nos *Cadernos do cárcere*, tendo, pelo menos, duas origens aparentes, e talvez paralelas, que foram desenvolvidas, com certo caráter de esboço. A primeira é o conceito marxista de bonapartismo, que surge a partir das análises que Marx realiza da situação política francesa, entre os anos de 1848 e 1852, que culminaram com a subida de Luís Bonaparte, ou Napoleão III, ao trono da França (Marx, 2002). Neste texto clássico, Marx analisa como que, em uma dada conjuntura de crise, em que nenhum grupo, classe, ou fração de classe consegue impor seu programa político, pode ocorrer que um indivíduo “carismático” consiga se apresentar como liderança de todo um país, de modo a alterar o regime político, centralizando o poder no Executivo.

O termo bonapartismo já circulava na linguagem política do marxismo da época de Gramsci, não sem certa imprecisão. O próprio autor faz referência ao termo em um artigo intitulado “O camarada G. M. Serrati e as gerações do socialismo italiano”, publicado em

¹ Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFF.

² Seguindo a referência dos *Quaderni del Carcere*, de Gramsci, a partir da edição crítica de Gerratana, em que Q representa o número do caderno, § o número do parágrafo, seguido do número da página, conforme a referida edição.

L'Unità, em 14 de maio de 1926 (Gramsci, 1978, p. 112-113), falando do personalismo e da falta de organicidade entre dirigentes do Partido Socialista e as massas trabalhadoras – tema que Gramsci desenvolverá também nos *Cadernos*, como veremos. Outra referência importante do período são as análises que Trotsky realiza sobre a conjuntura alemã que antecedeu a ascensão de Hitler ao poder, interpretando o governo do presidente Paul von Hindenburg, quando da chancelaria de chanceler Franz von Papen (1932), como uma solução de força em meio a uma situação de crise e de impasse político, diferenciando-o do fascismo (Trotsky, 1968, p. 325ss).

Mais recentemente, os conceitos de bonapartismo e de cesarismo têm sido regatados para a interpretação de processos históricos, embora pouco utilizados para a caracterização de processos políticos atuais. Domenico Losurdo (2004), por exemplo, enxerga uma tendência bonapartista de longo prazo nas democracias ocidentais como uma forma de contraposição à conquista do voto universal pelos povos, como forma de assegurar o poder de Estado nas mãos dos grupos dominantes. Felipe Demier (2012) caracteriza o “período populista” brasileiro (1930-1964) como um “longo bonapartismo”, cujo núcleo seria uma relativa autonomização do Estado burguês perante a própria classe social dominante, esvaziando o poder desta para garantir o seu domínio. Lincoln Secco (2010) realiza uma abordagem de longo alcance histórico, embora breve, tratando dos diversos “Césares” e “Bonapartes”, a partir das abordagens de Marx e de Gramsci, refletindo sobre os elementos “progressivos” e “regressivos” desses processos, que, em seu entender, culminam com Mussolini. Neste sentido, Secco poderia concordar com a seguinte afirmação de Poulatzas (1978, p. 67), “o fascismo é considerado por Gramsci como um caso absolutamente típico de cesarismo”.

A segunda origem aparente do conceito de cesarismo, o que talvez explique porque Gramsci utilize esse termo, ao invés de bonapartismo, refere-se à história e a cultura italianas, à importância da figura de Júlio César. Um primeiro aspecto do “cesarismo de César”, que Gramsci trabalhara também no caso do cesarismo moderno, é a junção do “grande chefe militar” com o “grande chefe político” (Q1, §117, 111). Um segundo elemento seria o advento do “cosmopolitismo” da cultura italiana (considerado a partir da literatura romana posterior a César), com a expansão do Império Romano (Q17, §32, 1935-1936). A revolução de César teria “desnacionalizando” a Itália, promovendo ao poder grupos sociais com interesses “imperiais”, não “romanos” ou “itálicos”, dando origem a uma “época nova”, com o fortalecimento do Oriente, que acabou por superar o Ocidente (Q17, §21, 1924; Q19, §1, 1959-1960).

Neste trabalho, concentrar-nos-emos nos aspectos do cesarismo que o aproximam do conceito de bonapartismo, relativos às questões políticas modernas, oriundos das reflexões de Marx expressas no *18 Brumário*.

Um equilíbrio “catastrófico” entre forças políticas

Inicialmente, podemos nos questionar a respeito da temática do cesarismo a partir da sentença já mencionada de Gramsci: “o fenômeno ‘cesarista’ é uma fórmula mais polêmico-ideológica do que histórico-política” (Q9, §133, 1195). A sentença é curiosa porque ele não se exime da utilização da “fórmula” no próprio parágrafo em questão, trabalhando com a noção para analisar fenômenos históricos concretos – os quais, salienta, devem ser a referência para o trabalho com o conceito. Gramsci inclusive retoma o argumento em um caderno “especial” (Q13, §27), onde transcreve boa parte do parágrafo referido acima, além de retomar o próprio conceito de cesarismo em outros locais, como veremos.

O contexto em que Gramsci anotou aquela frase é de reflexão a respeito das características eventualmente “progressivas” ou “regressivas” do cesarismo, relacionadas às conexões que a liderança possui com as forças em disputa: “é progressivo o cesarismo quando sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar, ainda que com certos compromissos que limitem a sua vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a triunfar a força regressiva” (Q9, §133, 1194) – a qual também ocorre dentro de certos limites, até porque o “movimento histórico” não presencia retornos e nenhuma “restauração” pode ser completa (Q9, §133, 1194-1195). De todo modo, a caracterização dos fenômenos cesaristas apenas pode ser feita a partir da análise “da história concreta e não de um esquema sociológico” (Q9, §133, 1194).

Assim como no parágrafo supracitado, no texto de segunda redação, Gramsci inicia com a afirmação de que o fenômeno cesarista desenvolver-se-ia em “uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, ou seja, se equilibram de modo que a continuação da luta não pode se concluir senão com a destruição recíproca” (Q13, §27, 1619) – o que pode significar a vitória de uma delas ou a emergência de uma terceira força política que assuma a condução do país. E segue assinalando que tal equilíbrio, no caso cesarista, encaminha-se com uma solução “arbitrária”, sob o comando de uma “grande personalidade”. Mas, conclui, tal solução não possui sempre o mesmo significado histórico, o que pode acarretar em diferentes modalidades de cesarismo, como os já referidos “progressivo” e “regressivo”, ou mesmo na possibilidade de se resolver a situação com um “cesarismo sem

César” – como em algumas modalidades de governo de “coalizão” experimentados em democracias liberal-representativas europeias.

Em texto de redação única, escrito posteriormente, Gramsci retoma a questão do equilíbrio “catastrófico”, salientando o eventual erro de se crer que tal situação abarcaria apenas as “forças fundamentais” – ou seja, a burguesia e o proletariado. Para se ter uma compreensão acurada dos fenômenos cesaristas – a partir de uma referência ao golpe de Estado que sagrou Napoleão III como imperador na França, em 02 de dezembro de 1852 –, afirma o autor, “deve-se observar também as relações que ocorrem entre os grupos principais [...] das classes fundamentais e as forças auxiliares guiadas ou submetidas à sua influência hegemônica” (Q14, §23, 1680-1681).

Um Estado policial contra as classes subalternas

Na nota Q13, §27, Gramsci avança na reflexão (desenvolvida em outro texto de primeira redação, Q9, §136), assinalando para a necessidade de se realizar aproximações analíticas sobre os fenômenos concretos, nos quais, por vezes, ocorrem fenômenos de “assimilação recíproca” e “molecular” das forças em luta, de modo a apontar para a superação da fase “catastrófica” (Q13, §27, 1621). Um aspecto significativo, neste contexto, é a análise gramsciana acerca de processos cesaristas em períodos de transição histórica profunda: enquanto César e Napoleão I representaram “a fase histórica de passagem de um tipo de Estado a outro”, Napoleão III representaria uma “evolução” do Estado já existente – enquanto os dois primeiros seriam de tipo “quantitativo-qualitativo”, o último seria apenas “quantitativo” (Q13, §27, 1621-1622). A partir desta afirmação, Gramsci retrabalha a temática, refletindo sobre os sentidos do cesarismo de seu tempo:

No mundo moderno, os fenômenos de cesarismo são de todo diversos, seja daqueles do tipo progressivo César–Napoleão I, seja também daqueles do tipo Napoleão III, ainda que estejam mais próximos deste último. No mundo moderno, o equilíbrio catastrófico não se verifica entre forças que, em última análise, poderiam fundir-se e se unificar, ainda que depois de um processo fatigante e sangüinário, mas entre forças cujo contraste é insanável historicamente, e que ainda se aprofunda especialmente com o advento de formas cesaristas. Entretanto, o cesarismo no mundo moderno ainda encontra uma certa margem, maior ou menor, conforme os países e seu peso relativo na estrutura mundial, já que uma forma social tem “sempre” possibilidades marginais de desenvolvimento e de sistematização organizativa subsequente e, em especial, pode contar com a fraqueza relativa da força progressista antagonista, em função da natureza e do modo de vida peculiar dessa força, fraqueza que é preciso manter: foi por isso que se afirmou que o cesarismo moderno, mais do que militar, é policial (Q13, §27, 1622).³

³ Trecho já contido, quase que *ipsis litteris*, em Q9, §136, 1198.

Na medida em que as forças antagônicas do mundo moderno, a burguesia e o proletariado, não podem “fundir-se e se unificar”, o cesarismo contemporâneo possui como uma de suas características principais o desenvolvimento de um Estado “policial” contra as classes subalternas. Gramsci chega a esta conclusão analisando a época de Luís Bonaparte: quando as forças dominantes se dividiram “facciosamente”, abriram um espaço “precoce” para a força progressista (antagonista), o proletariado, reprimido violentamente pelas forças coercitivas do Estado.

Também analisando a situação de 1848 a 1852, na França, Gramsci assinala que a solução bonapartista representa a coesão que as forças dominantes não conseguiram produzir no período anterior, arbitrada por uma personalidade que emergiu em meio ao impasse, depois da repressão à sublevação popular, de junho de 1848.⁴ Apesar disso, Gramsci considera que o cesarismo de Napoleão III teria sido “objetivamente progressista”, em grande medida porque fortalecia uma “forma social que ainda não esgotara suas possibilidades de desenvolvimento” (Q13, §27, 1621).

O que significa esta última afirmação? Trata-se da releitura que Gramsci realiza do conhecido prefácio de Marx à *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, que, para o primeiro autor, configurou-se como um dos princípios para a análise das relações de força. Na abertura do parágrafo sobre as relações de força do Caderno 13, Gramsci anota, a seu modo, as passagens de Marx:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícita em suas relações (verificar a exata enunciação destes princípios) (Gramsci, 2011, p. 36).⁵

Dado que a sociedade francesa à época de Napoleão III ainda não havia, supostamente, “desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações”, o cesarismo de então poderia ser considerado como “objetivamente progressista”, porque ajudava a consolidar a forma social em vigência sobre novas bases, de modo a possibilitar seu desenvolvimento –

⁴ Sobre tal processo, ver o *18 Brumário* de Marx (2002).

⁵ Utilizamos aqui a edição brasileira dos Cadernos do cárcere, que reproduz a “exata enunciação destes princípios”, ou seja, as palavras de Marx, na sequência (*loc. cit.*): “Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização”.

impossibilitado pela crise gerada pelo impasse político entre os grupos dominantes, que teria precipitado a sublevação proletária.

O “elemento militar na política”

Outra característica do cesarismo é o que Gramsci qualificou como o “elemento militar na política” (Q4, §66). Novamente, alerta para a necessidade de se analisar as manifestações do fenômeno conforme suas expressões históricas concretas, não de acordo com esquemas “sociológicos” preconcebidos. Assim sendo, explora diversas realidades sociais de distintos países europeus, procurando identificar e compreender, em cada caso, como se desenrolaram os diferentes modos de articulação entre as forças armadas e as classes e frações de classes sociais, que redundaram em formas específicas de “militarização” da política. Diz Gramsci que,

[...] em uma série de países, a influência do elemento militar na política não significou influência e peso do elemento técnico militar, mas a influência e peso do estrato social de onde o elemento técnico militar (sobretudo os oficiais subalternos) é especialmente originado. Parece-me que tal critério serve bem para analisar o aspecto mais profundo daquela determinada fórmula política que se costuma chamar de cesarismo ou bonapartismo, e de distingui-la de outras formas em que o elemento militar predomina (Q4, §66, 510).

Como já sinalizado anteriormente, no caso do cesarismo, a “militarização” da política está mais vinculada à criação de um Estado policial para a repressão das classes subalternas do que propriamente a um protagonismo dos militares nos postos de comando do governo. Segundo Gramsci, para a compreensão de tal fenômeno, o mais importante é observar o movimento dos grupos sociais que costumam fornecer os quadros às forças armadas do que a presença, em si, de militares no governo. Assim sendo, é possível constatar que “um movimento político pode ser de caráter militar ainda que o exército, enquanto tal, dele não tenha participado abertamente”, ou mesmo que “um governo pode ser militar ainda que não seja formado por militares” (Q4, §66, 509). Ou seja, uma das marcas centrais de qualquer cesarismo (com ou sem César) é a organização de um Estado com uma *lógica* militarizada, capaz de “enquadrar” os grupos dominantes debilitados e reprimir os grupos subalternos rebeldes.

No texto de segunda redação (Q13, §23), onde retoma os argumentos do parágrafo acima referido, Gramsci retrabalha a questão do “elemento militar na política”, colocando-a em um contexto mais amplo, de “observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos nos períodos de crise orgânica”, as quais Gramsci indica que “devem ser vinculadas às notas

sobre as situações e as relações de força” (Q13, §23, 1602).⁶ Esta nota inicia-se com a afirmação de que, em dadas situações históricas, grupos sociais, classes e frações de classe podem se destacar de seus respectivos partidos políticos, gerando um período em que “o campo é aberto às soluções de força, à atividade de potências obscuras representadas por homens providenciais ou carismáticos” (Q13, §23, 1603). Refletindo a respeito das causas que fundamentam tais situações, Gramsci afirma que “o processo é diferente em cada país, mas o conteúdo é o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente”, que é uma “crise do Estado no seu complexo”. A principal característica desta crise é a superação de uma condição de “passividade política” por parte de grupos subalternos, que passam a apresentar “reivindicações que, no seu complexo inorgânico, constituem uma revolução” (Q13, §23, 1603).

É neste cenário que se abre a possibilidade de uma resolução cesarista ao impasse político, na medida em que o afastamento dos grupos dirigentes de seus partidos podem levá-los, em uma situação “perigosa” de crise e de rearranjos das forças políticas, a se unificar “sob uma única direção, considerada a única capaz de resolver um problema dominante existencial e de afastar um perigo mortal” (Q13, §23, 1604). Fazendo uma referência ao *18 Brumário*, de Marx, continua Gramsci:

Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas aquela do chefe carismático, significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser variados, mas que tem como prevalência a imaturidade das forças progressivas), no qual nenhum grupo, nem aquele conservador, nem aquele progressivo, possui a força necessária para a vitória, e que também o grupo conservador precisa ter um chefe (Q13, §23, 1604).

Na solução cesarista, como já dito, o chefe carismático responde a uma nova situação “militarizando” a política, ainda que sem a necessidade de militares de carreira, criando um Estado como uma lógica policial. Contudo, o “elemento militar”, no sentido técnico, não é dispensado de função política: mantém-se mobilizado, mesmo na reserva, em clubes de oficiais e de ex-combatentes, que procuram conservar uma “moral” de tropa, evitando sua “decomposição política” pelas forças “privadas”, conservando uma espécie de “reserva”, de “estado de alerta”. Sua atuação na forma de governo manifesta-se como “um parêntesis entre

⁶ Gramsci está aqui fazendo referência ao §17 do mesmo Caderno 13, chamado de “Análise das situações: relações de forças”. A nota Q13, §23 é formada, além da Q4, §66, já mencionada, também pela Q4, §69 (“Sobre os partidos”), que trata brevemente da relação entre crise política e rupturas entre os grupos sociais e seus partidos, pela Q7, §77 (“Os intelectuais. Os partidos políticos”), que aborda a tendência ao anacronismo dos partidos, em especial a partir da burocratização de seus dirigentes, e pelos §22 (“Passado e presente”) e §40 (“Maquiavel. Relações de força etc.”) do Caderno 9, que tratam, respectivamente, da questão do restabelecimento da “autoridade” política através da imposição de uma disciplina militarizada na sociedade (fascismo), e das condições de iniciativa política articulada às relações de forças; crítica ao “economicismo”.

dois governos constitucionais”, “uma força que atua de ‘modo público’ quando a ‘legalidade’ está em perigo” (Q13, §23, 1608-1609).

A entrada do “elemento militar” no campo político, sobretudo através de golpes de Estado, passa por mudanças, tornando-se mais complexa depois de 1848. Refletindo novamente a partir da realidade francesa do período de Luís Bonaparte, diz Gramsci:

No mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político, de partido, o mecanismo do fenômeno cesarista é diferente do que foi até Napoleão III; no período até Napoleão III, as forças militares regulares ou de linha eram um elemento decisivo do cesarismo, o que era verificado com golpes de Estado bem precisos, com ações militares, etc. No mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios de financiamento incalculáveis à disposição de pequenos grupos de cidadãos, complicam o fenômeno; os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados, sem necessidade de ação militar em grande estilo, como César ou o 18 Brumário (Q9, §133, 1195).

As relações de forças e a “relação das forças militares”

Sendo a resultante de um período de crise que provoca deslocamentos políticos entre os grupos sociais e seus representantes partidários, a solução cesarista pode se apresentar como factível ou não em uma conjuntura dada, que precisa ser analisada a partir de critérios que Gramsci procurou desenvolver desde a análise do que chamou de “relações de forças”. No começo da nota Q13, §23, como já mencionado, Gramsci afirma que tal questão precisa ser vinculada à temática do §17 do mesmo caderno, chamada de “análises das situações: relações de forças”. Ao fazê-lo, Gramsci está pensando na questão da iniciativa política fundamentada em análises objetivas de situações históricas concretas, refletindo a partir das ações (ou inações) de partidos em distintos momentos, principalmente em países europeus.

No que tange especificamente à questão do “elemento militar na política”, Gramsci sugere sua articulação com o que chama de “terceiro momento ou grau” das relações de forças (Q13, §23, 1610). A compreensão do significado desta afirmação necessita da contextualização do debate exposto no §17. Refletindo simultaneamente sobre a questão das “análises das situações” e a respeito das possibilidades da ação política, Gramsci preocupa-se com a distinção, em uma dada conjuntura concreta, dos aspectos da realidade que poderiam ser identificados como permanentes daqueles que seriam ocasionais – pensando a partir da articulação entre estrutura e superestrutura, e tendo como referência os “princípios” de metodologia dos estudos históricos afirmados no extrato supracitado de Marx (Q13, §17, 1578-1579).⁷

⁷ Cf. a nota 5 deste trabalho. O texto de primeira redação que dará origem ao Q13, §17 chama-se, precisamente, “Relações entre estrutura e superestrutura” (Q4, §38), e reproduz também os dois “princípios” expressos no Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, de Marx.

Gramsci distingue o que chama de “três momentos ou graus” nas relações de forças. O primeiro seria o momento articulado mais imediatamente à estrutura, que Gramsci afirma poder ser “mensurado com os sistemas das ciências exatas ou físicas”, por ser “objetivo, independente da vontade dos homens”. Este grau, que trata de aspectos demográficos, de desenvolvimento das forças produtivas e das posições das classes sociais, é importante para Gramsci na medida em que permite ao analista das situações verificar se “existem as condições necessárias e suficientes para a sua transformação”, objetivando “controlar o grau de realismo e de atualidade das diversas ideologias nascidas no seu terreno” (Q13, §17, 1583).

O segundo momento refere-se à “relação das forças políticas”, vinculado aos níveis de consciência política que os distintos grupos sociais desenvolvem historicamente. Este grau também deve, analiticamente, ser subdividido em três momentos: 1) um primeiro nível “econômico-corporativo”, referente à “solidariedade” estabelecida entre os membros de um mesmo grupo econômico; 2) no segundo momento, esta solidariedade se expandiria para o nível do Estado, mas ainda com um sentido fundamentalmente econômico; e 3) no terceiro grau, um dado grupo social começa a defender seus interesses corporativos no nível político, inclusive procurando obter apoio de outros grupos sociais. Neste momento, tal grupo se põe como hegemônico e já procura constituir o Estado como “seu”, o que implica a aproximação de grupos intelectuais, articulações em nível internacional e uma consciência política ampla e sofisticada (Q13, §17, 1584-1585).

Enfim, chegamos ao terceiro momento, que é o da “relação das forças militares”, que devem ser consideradas num sentido “técnico-militar” e num outro “político-militar” (Q13, §17, 1585-1586). Com isso, a compreensão da temática do “elemento militar na política” supõe um entendimento acerca dos momentos “anteriores” das relações de forças, na medida em que se articula com níveis mais complexos de lutas e construções políticas. Na questão, devem ser distinguidos os aspectos mais propriamente técnicos da ação daqueles mais especificamente políticos. Por certo, tal intervenção não ocorre em períodos de relativa estabilidade política, mas em conjunturas críticas, que Gramsci propõe que possam também ser compreendidas a partir do conceito de “conjuntura estratégica”, que, de certo modo, se refere tanto aos aspectos “políticos” quanto àqueles “técnicos” da “relação das forças militares”. Diz ele:

Nas análises do terceiro grau ou momento do sistema das relações de força existentes em uma determinada situação, pode-se utilmente recorrer ao conceito que, na ciência militar é chamado de “conjuntura estratégica”, isto é, mais precisamente, grau de preparação estratégica do teatro da luta, do qual um dos principais elementos é dado pelas condições qualitativas do pessoal dirigente e das forças ativas que podemos chamar de linha de frente [...] Dentre os elementos da preparação de uma conjuntura estratégica favorável deve-se tomar nota daqueles considerados nas observações

A debilidade dos partidos políticos

A aproximação da questão do cesarismo aos temas do partido político, das relações de forças e do elemento militar na política apontam para a análise de cenários conjunturais em que os partidos e a própria política, ao menos em um sentido ordinário, estão fragilizados. E, de certo modo, Gramsci considera que o fenômeno cesarista apenas pode florescer em um momento em que tal fragilidade dos partidos já está posta também *antes* da erupção da crise política. Ou seja, o despreparo político dos partidos para lidar com as situações disruptivas, a sua incapacidade de analisar as situações de modo eficiente e de antecipar cenários, a sua desorganização, a sua burocratização ou o seu dogmatismo seriam elementos que favoreceriam a emergência de figuras carismáticas capazes de angariar apoios de grupos sociais relevantes, permitindo-lhes se afirmar como líderes viáveis.

A questão da “fraqueza” dos partidos políticos já aparece na nota Q3, §119, quando Gramsci trata da consolidação do regime político italiano posteriormente ao *Risorgimento*. No seu entendimento, em praticamente todos os partidos italianos, no período, havia “falta de princípios, oportunismo, ausência de continuidade orgânica, desequilíbrio entre tática e estratégia etc.” (Q3, §119, 386). Isto seria devido a um desequilíbrio entre as classes sociais e seus partidos, sobretudo pela incapacidade destes de atuar de modo ativo para “desenvolver”, “fortalecer” e “universalizar” as classes que procuravam representar. Além disso, a própria atuação do “Estado-Governo” também teria contribuído para este fenômeno, na medida em que este, seja a partir das “assim chamadas *ditaduras* de Depretis, Crispi, Giolitti”, seja a partir do “fenômeno parlamentar do *transformismo*”, atuava como um “partido”, colocando-se acima dos partidos com o intuito de lhes “desagregar”, de lhes “destacar” das massas, de criar uma força apartidária “ligada ao governo por vínculos paternalistas de tipo bonapartista-cesarista” (Q3, §119, 387).

Na sequência, Gramsci desenvolve um longo argumento, no qual procura ressaltar a necessidade dos partidos políticos, relacionando sua impotência ao surgimento de fenômenos cesaristas (bonapartistas), em sentido mais amplo:

As classes exprimem os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma relação virtuosa e frutífera entre estas manifestações e estas funções. Não pode haver elaboração de dirigentes onde não há a atividade teórica, doutrinária, dos partidos, onde não existe a investigação sistemática e são estudadas as razões de ser e do desenvolvimento da classe representada. Donde a escassez de homens de Estado, de governo, a miséria da vida parlamentar, a facilidade em se desagregar os partidos,

corrompendo-os e absorvendo seus poucos homens indispensáveis. [...] A burocracia, assim, alienava-se do país, e, através de posições administrativas, tonava-se um verdadeiro partido político, o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituía a hierarquia intelectual e política: a burocracia tornava-se, precisamente, o partido estatal-bonapartista (Q3, §119, 387-388).

Por este argumento, podemos compreender por que Gramsci reuniu, na nota Q13, §23, a questão da fragilidade dos partidos com as temáticas do cesarismo e da militarização da política. Gramsci agrega três notas sobre a questão dos partidos no §23: uma, cujo tema já foi abordado acima, que trata dos “perigos” da separação entre os partidos e os grupos que representam (Q4, §69, “Sobre os partidos”); outra, sobre a tendência dos partidos a se burocratizar (Q7, §77, “Os intelectuais. Os partidos políticos”); e uma terceira que trata do tema já abordado do “terceiro momento” das relações de forças e do economicismo (Q9, §40, “Maquiavel. Relações de força etc.”). Atribuindo centralidade aos partidos políticos para a compreensão da qualidade da própria sociedade – a força das instituições de Estado, a pujança das universidades, a qualidade da cultura em circulação em um país etc. (Q3, §119, 387-388) –, Gramsci atribui enorme gravidade à questão da fragilidade dos partidos.

Fazendo-se uma articulação com uma das preocupações do §17, a questão do “economicismo” nas análises das relações de forças – que, na nota Q13, §23, aparece após a discussão a respeito das “relações das forças militares” –, Gramsci destaca como um dos elementos da fragilidade de um partido a postura política “intransigente”, avessa aos “compromissos” (Q13, §23, 1611). Para Gramsci, tal postura tem como fundamento uma concepção do “desenvolvimento histórico” como algo regido por “leis objetivas com as mesmas características das leis naturais”, “um finalismo fatalista similar ao de tipo religioso” (Q13, §23, 1612). Tal análise remete às afirmações acerca do economicismo anotadas no §17, sobre a tendência a conceber a política como expressão imediata da “estrutura” – o que fragilizaria o partido, impossibilitando-o de analisar situações complexas de relações de forças, enfraquecendo suas ações.

Outro elemento de fragilidade dos partidos é a sua tendência “consuetudinária”, à “mumificação”, a se tornarem “anacrônicos”. Gramsci está realizando esta reflexão – que reproduz a nota Q7, §77 – logo após suas considerações a respeito da “separação” entre os partidos e as classes ou grupos sociais que representam, tendo como consequência a emergência de um “chefe carismático”, como no caso do cesarismo – referindo-se ao *18 Brumário*, de Marx. Novamente, Gramsci relaciona um elemento de enfraquecimento dos partidos políticos, no caso, sua burocratização, à emergência do fenômeno cesarista.

A burocratização também estaria vinculada ao distanciamento entre as classes sociais e seus representantes políticos, na medida em que estes últimos surgiriam em um momento “vital para a sua classe”, mas não necessariamente conseguiriam acompanhar as mudanças e se “adaptar às novas tarefas e às novas épocas”, que modificam também a “posição relativa de sua própria classe”. “Burocracia”, neste caso, tem um sentido bem preciso, na medida em que Gramsci está se referindo a um setor dos partidos políticos que se distingue tanto do grupo social quanto da base partidária, e até mesmo de seu “estado maior”. Segundo o autor, “a burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa”, que, se se tornar um “corpo solidário” em si mesma, “independente da massa”, tornará o partido “anacrônico”, “esvaziado de seu conteúdo social” e “solto no ar”, em momentos de “crise aguda” (Q13, §23, 1604). Ao articular o tema da burocracia partidária à questão da conjuntura de “crise orgânica” que prepara o cesarismo, Gramsci acaba por vincular a burocratização dos partidos, seu “descolamento” das classes sociais que procuram representar, ao próprio advento do “chefe carismático”.

Considerações Finais

A “escavação” acima realizada, que teve certo intuito de ser exaustiva, embora o sucesso desta empreita seja incerto, foi realizada a partir de intenções teóricas – como resultante de discussões realizadas coletivamente no âmbito do Núcleo de Filosofia, Política e Educação da Faculdade de Educação da UFF (NuFiPE) – e de preocupações de ordem política. O advento de governos autoritários pelo mundo e o crescimento de literatura de teoria política sobre a temática da “crise da democracia” em âmbito global também foi impulso à reflexão a respeito do cesarismo nos *Cadernos* de Gramsci. Reflexões a respeito do fascismo também me parecem frutíferas.

Por certo, não se trata de “aplicar” conceitos oriundos de fenômenos do passado diretamente na análise de fatos políticos atuais, mas mesmo de refletir a partir destes com o instrumento teórico legado de nossos autores de referência. Como o próprio Gramsci assinala, o cesarismo não é um conceito “sociológico” com validade atemporal, mas é um apanhado de fenômenos históricos concretos com características aproximadas, que possuem especificidades relacionadas ao tempo e ao espaço em que ocorrem.

Interessante ressaltar a preocupação expressa por Gramsci, na nota Q13, §17, sobre a análise das relações de forças. Deve-se evitar tanto as análises que procurem projetar a “estrutura” de modo imediato na cena política – o que, para o autor, só ocorre a partir de

mediações –, redundando em interpretações “mecanicistas”, quanto aquelas que se concentram apenas nos elementos fenomênicos das conjunturas, que Gramsci chamava de “ideologismo”. A interpretação acerca dos complexos fenômenos contemporâneos deve ser feita com respeito aos métodos dos autores de referência, mas preocupadas em atualizar seus termos, conceitos e temas.

Referências

DEMIER, F. A. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Volume IV. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. 4 vols. 3ª ed. Torino: Einaudi, 2007.

LOSURSO, D. *Democracia ou bonapartismo?* Rio de Janeiro: EdUFRJ/São Paulo: EdUNESP, 2004.

MARX, K. O 18 Brumário. In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARX, K. Prefácio. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SECCO, L. *Retorno a Gramsci*. São Paulo: LCTE Editora, 2010.

TROTSKY, L. *Revolução e contrarrevolução*. Lisboa – Porto – Luanda: Centro do Livro Brasileiro, 1968.